

**QUANDO O LÉXICO DÁ BANDEIRA
– ASPECTOS COGNITIVO-DISCURSIVOS DA
MUDANÇA SEMÂNTICA NA CONSTRUÇÃO DE
BRASILEIRISMOS EM REGISTROS LEXICOGRÁFICOS
LUSO-BRASILEIROS**

WHEN THE LEXICON SHOWS THE COLOR – DISCURSIVE-
COGNITIVE ASPECTS OF SEMANTIC CHANGE IN THE
CONSTRUCTION OF BRAZILIANISMS IN LUSO-BRAZILIAN
LEXICOGRAPHIC REGISTERS

Anderson Salvaterra Magalhães*
asmagalhaes@unifesp.br

Janderson Lemos de Souza*
janderson.souza@unifesp.br

Neste artigo, busca-se demonstrar a adequação de articular princípios da Análise Dialógica do Discurso – um campo do conhecimento que emerge da recepção brasileira ao pensamento do Círculo Bakhtin-Medvedev-Voloshinov (Círculo BMV) – com fundamentos da Linguística Cognitiva para o tratamento de questões morfossemânticas do léxico do português brasileiro que indicam importantes atos na política lusófona. Especificamente, perseguem-se dois objetivos: 1) identificar condições cognitivo-discursivas próprias do português brasileiro que impactam seu estatuto vernáculo e 2) descrever um caso de mudança semântica que ilustra novas conceptualizações no léxico interno e registros do léxico externo a serviço de um projeto lexicográfico caracterizado como ato responsável (Bakhtin). Para isso, selecionam-se dos primeiros trabalhos lexicográficos luso-brasileiros, que datam dos séculos XVIII e XIX, duas unidades simbólicas em que constam tensões conceituais entre o lusitano e o brasileiro, a saber, *bandeira* e *bandeirante*. Os primeiros registros são cotejados com representativo trabalho lexicográfico brasileiro e lusitano do século XXI para fins de identificação, descrição e análise da mudança semântica que produz o senso de ‘brasileirismo’ tanto no Brasil quanto em Portugal a partir de *frames* (Fillmore) lusitanos. A discussão dos dados indica que a dimensão vernácula brasileira se constrói não por uma perspectiva propriamente brasileira, mas lusitana face às conceptualizações das relações sociais travadas em terras americanas no período colonial.

* Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Palavras-chave: Mudança semântica. Léxico brasileiro. Lexicografia e política lusófona. Dialogismo. Semântica cognitiva.

In this article, the general aim is to demonstrate the appropriateness of articulating principles of Dialogic Discourse Analysis – a field of knowledge which derives from the Brazilian reception to the Bakhtin-Medvedev-Vološinov Circle's thought (BMV Circle) – with fundamentals of Cognitive Linguistics to tackle morphosemantic issues of the Brazilian lexicon which indicate important acts in the Lusophone politics. Two specific aims are pursued: 1) to identify the cognitive-discursive conditions typical of the Brazilian Portuguese which influence its vernacular status; 2) to describe a case of semantic change which illustrates new conceptualizations in the internal lexicon and registers of the external lexicon at the service of a lexicographic project which is characterized as a responsible act (Bakhtin). In order to reach those goals, two symbolic units – *bandeira* and *bandeirante* – were selected from the first Luso-Brazilian lexicographic works, which date from the 18th and 19th centuries. Those first registers are compared with representative Brazilian and Portuguese lexicographic works of this century in order to identify, describe and analyse the semantic change which produces the sense of 'Brazilianism' from Lusitanian frames both in Brazil and in Portugal. The discussion of the data indicates that the Brazilian vernacular dimension is not built from an actually Brazilian perspective, but from a Lusitanian one, considering their conceptualizations of the social relations established in America in the colonial period.

Keywords: Semantic change. Brazilian lexicon. Lusophone lexicography and politics. Dialogism. Cognitive semantics.



1. Introdução

Neste artigo, busca-se demonstrar a adequação de articular princípios da Análise Dialógica do Discurso – um campo do conhecimento que emerge da recepção brasileira ao pensamento do chamado Círculo de Bakhtin (Brait & Magalhães 2014) – com fundamentos da Linguística Cognitiva (Fillmore 1982; 1985; Langacker 1987; 1991; 1994; 2008; 2009) para o tratamento de questões morfossemânticas do léxico do português brasileiro.

O problema aqui tratado escapa a amarras estritamente formais e se coloca numa arena de tensão conceitual, dado que o limiar entre o que é propriamente brasileiro em contraponto ao que é português esbarra em

questões linguísticas, sim, mas igualmente sociais, políticas e culturais. Assim, dois aspectos são assumidos como premissas na presente discussão: 1) a política lusófona no Brasil gerou uma ferida histórico-cultural constitutiva da identidade linguística nacional tensionada pela língua no/do Brasil (Dias 1996; Fiorin 2009; Magalhães 2012; 2013; Schneiders 2017) e 2) a produção de vocabulários e dicionários tem funcionado como tecnologia de uma determinada memória do português no Brasil (Auroux 1992; Barros 2000; Magalhães 2015; Petri & Medeiros 2013).

A primeira premissa sustenta a ideia de que a língua que faz sentido da brasilidade é, em tese, de outrem; é lusitana. Demais línguas com as quais o português entrou em contacto em terras brasileiras funcionaram como aportes, mas não tiveram força política para emplacar como idioma do Brasil. Afinal, nem as diferentes etnias indígenas, nem as etnias africanas trazidas escravizadas para o Brasil (*cf.* Peter 2015) visualizavam nesse espaço geográfico uma unidade política, como o colonizador. Parece consequente que a língua de quem projetou tal unidade acabe por se definir como língua dessa projeção.

Um dos problemas que daí resultam é o modo como o valor lusitano habita o falar brasileiro. Em certos casos, como o que é analisado neste artigo, o lugar histórico-social lusitano de fazer sentido constitui a memória da língua na condição de ‘brasileirismo’ tanto no falar brasileiro como no europeu (Magalhães 2012; 2013). Em outras palavras, a língua tomada como vernáculo brasileiro guarda um ponto de vista de outrem a partir do qual se produz sentido, e o léxico – relevante instância da língua em que se manifestam conceptualizações características das relações sociais travadas na comunidade linguística – dá pistas de especificidades cognitivo-discursivas do português produzido como idioma brasileiro. Mas cabe a pergunta: como pode um juízo lusitano caracterizar o vernáculo brasileiro? O caso aqui recortado indica possível resposta à indagação.

A segunda premissa trata dos mecanismos materiais que favoreceram e favorecem a construção e a consolidação do português como vernáculo brasileiro e não mera transposição de um idioma europeu para terras americanas. A produção de vocabulários e de dicionários, ainda que no afã de defender o idioma como “língua brasileira”, dá pistas acerca desse lugar de alteridade de onde se faz sentido no português do Brasil. Tais pistas são deixadas tanto na macroestrutura quanto na microestrutura dos produtos lexicográficos, isto é, tanto naquilo que é selecionado para constar no vocabulário ou dicionário quanto naquilo que é selecionado para ser apresentado de cada item e como é apresentado (Biderman 2003; Geeraerts 2006a; 2006b).

Se nos projetos lexicográficos não são encontrados documentos fidedignos do português efetivamente em uso desde o século XVI no Brasil (Biderman 2003), o cruzamento da macro e da microestrutura dos vocabulários e dicionários de diferentes séculos auxilia no desenho do(s) propósito(s) pragmático(s) dos projetos editoriais (Geeraerts 2006a) a delinear, por exemplo, os implícitos em conformidade com os destinatários pretendidos. Assim, procede-se ao esboço dos processos cognitivo-discursivos pinçados que acabam por fomentar a política linguística brasileira. Portanto, o registro lexicográfico não é tomado como documentação do uso, mas como documentação de discursos sobre o uso que ordenam o modo como aqueles que implementaram e implementam uma política linguística processam as relações sociais, linguísticas e culturais estabelecidas no Brasil.

Com base nessas duas premissas, perseguem-se dois objetivos específicos inter-relacionados: 1) identificar condições cognitivo-discursivas próprias do português brasileiro que impactam seu estatuto vernáculo e 2) descrever um caso de mudança semântica que atua em novas conceptualizações no léxico interno e transparece em registros do léxico externo a serviço de um projeto lexicográfico caracterizado como ato responsável (Bakhtin 2010c).

Para alcançar estes objetivos, com base na orientação metodológica de Bakhtin (2010a) de integrar os estudos linguísticos aos estudos dialógicos (neste trabalho, reconhecidos pela produção em *Análise Dialógica do Discurso*) e no entendimento de Langacker (2008) de que as funções que moldam e restringem a língua incluem a função semiológica de simbolizar conceptualizações por meio de sons e gestos (a caracterizar a gramática cognitiva como semiológica e multimodal), destacam-se as relações linguístico-discursivas entre uma unidade simbólica – *bandeira* – e outra a partir dela formada – *bandeirante* – em que constam as tensões conceituais entre o lusitano e o brasileiro. Trata-se de unidades simbólicas cuja semiose remonta um episódio da historicização do Brasil – historicização compreendida como processo de fazer sentido da história e que se dá não só por meio, mas por causa da língua que ajusta um grupo social.

A construção e discussão do caso mobiliza um dispositivo analítico que recupera principalmente o conceito de *memória da língua* (Bakhtin 2003; 2010b) e os articula com fundamentos da Linguística Cognitiva, especialmente a semântica de *frames*, empreendida por Fillmore (1982; 1985), quando se deixou de distinguir *frame* de *cena* (cf. Fillmore 1977b), e a gramática cognitiva, tal como proposta por Langacker (1987; 1991; 1994; 2008; 2009), por conta da noção de construção ali sustentada, cujas bases semiológicas e multimodais foram assinaladas acima.

Trata-se de abordagens centradas no significado, que, entretanto, lançam luz sobre diferentes aspectos do fenômeno linguístico. O dispositivo da Análise Dialógica do Discurso dá acesso às questões semiótico-ideológicas; a Semântica de *Frames* instrui a concepção de léxico adotada, conforme detalhado adiante; e a gramática cognitiva de Langacker (1987; 1991; 1994; 2008; 2009), por conceber que construções gramaticais gozam de diferentes graus de rotinização e convencionalidade numa comunidade linguística, permite tratar *bandeira* e *bandeirante* como unidades simbólicas, seja como itens do léxico interno (pertinente à continuidade entre a gramática e o léxico), seja como itens do léxico externo (pertinente à lexicografia).

Dado que todas as vertentes da Linguística Cognitiva são lexicalistas porque são construcionais (*cf.* Traugott & Trousdale 2013), exige-se tanto de descrições internas à Linguística Cognitiva quanto, e mais ainda, de discussões teóricas que, como neste artigo, se disponham a aproximar diferentes quadros teóricos em que um deles seja a Linguística Cognitiva que especifiquem a concepção de léxico e o modelo construcional adotado. O modelo aqui adotado é a Gramática Cognitiva, em que “(...) o léxico e a gramática formam uma gradação que consiste tão-somente em grupos de estruturas simbólicas” (Langacker 2008, p. 5 – tradução nossa).

A condição de itens do léxico externo (verbetes) serve como pista para a identificação da conceptualização que se pretende capturar na condição de unidades simbólicas, ressalvado o salto que há entre uma condição e outra. Nos verbetes, vislumbra-se o universo semântico-cultural que, referendado pela política linguística promotora de instrumentos específicos, funciona como vetor de discursos sobre a língua, suas normas e usos (Barros 2000) a incidir sobre as conceptualizações.

Foram consultados os seguintes vocabulários e dicionários luso-brasileiros: a) *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de D. Rafael Bluteau, revisto por Antonio de Moraes Silva, 1789; b) *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, 1832; c) *Vocabulário Brasileiro – para servir de complemento aos dictionarios de lingua portuguesa*, de Braz da Costa Rubim, 1853; d) *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* [em linha], 2012; e) *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha], 2003-2017. Evidentemente, não se trata de um levantamento exaustivo. Essas obras configuram os primeiros e uns dos mais recentes registros lexicográficos dos vocábulos estudados.

A discussão segue com outras três principais secções além desta introdução. Na primeira, discutem-se as condições cognitivo-discursivas para o desenho de uma produção linguística que possa ser considerada

vernacular. Aí é construído o caso em torno dos brasileirismos, categoria pertinente ao léxico externo. Na segunda, discute-se o caso de *bandeira* e *bandeirante*, pontuando aspectos históricos e cognitivos que fomentam a mudança semântica que leva à tensão vernacular flagrada, pertinentes ao léxico interno. Por fim, à guisa de conclusão, reapresentam-se as cicatrizes simbólicas flagrantes no caso destacado para problematizar as condições da própria conceituação do que seja vernáculo e brasileiro.

2. Condições cognitivo-discursivas de brasilidade e o vernáculo do Brasil

Desde a chegada dos portugueses a terras posteriormente reconhecidas e organizadas como Brasil, o estatuto do português se alterou significativamente. *Grosso modo*, identifica-se como língua do colonizador, língua da colônia, língua do império e, já na República, língua nacional. Essa trajetória muito dista do percurso do português na Europa.

No período colonial, as relações entre diferentes etnias implicaram o contacto de diferentes visões de mundo, e as línguas envolvidas nessas relações dão pistas acerca dos modos de conceber o que se processava naquela(s) sociedade(s). O conceito e projeto de *colônia* era lusitano, e não indígena, sendo óbvio que o europeu se definia como colonizador e definia o indígena como colonizado. Mas o que dizer do ponto de vista indígena sobre essas relações? Esse ponto de vista deixou pistas linguísticas? O modo de contar a história do Brasil parece mobilizar uma memória que difere da do autóctone. Ademais, a condição de escravizada das etnias africanas trazidas para essa colônia também promovia modos díspares de conceber o que se passava.

Com a política linguística de D. João VI no século XVIII a favor do português em detrimento das línguas gerais e com o estatuto sempre subalterno legado às línguas africanas, o português logrou condição de língua oficial e de uso no Brasil. As línguas indígenas e africanas ficaram restritas a comunidades destacadas da cultura sociopolítica que se instituiu. Entretanto, a língua portuguesa que se estabeleceu na Colônia e se confirmou no Império e na República guardou índices do que se passou especificamente nesse espaço.

Esse modo de compreender a relação entre língua e sociedade alinha-se com a perspectiva dialógica de linguagem, segundo a qual “a linguagem não é um dom divino nem um presente da natureza. É o produto da atividade

humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou” (Voloshinov 2013, p. 141 – grifos da edição consultada). Nessa abordagem, a língua não figura como entidade destacada do grupo social, mas é ao mesmo tempo fruto desse grupo e condição desse grupo. Essa compreensão teórica se coaduna com a ideia de *sociação* de Simmel (2006, p. 61), para quem a base de qualquer sociedade humana é:

a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam.

Por esta leitura, é possível afirmar que língua e sociação condicionam-se mutuamente e que o vernáculo se define pelos processos linguísticos gerados nas relações sociais de determinado grupo e pelos produtos verbais dessas relações. É possível afirmar também que a língua não se destaca da ideologia. Por ser este um conceito bastante disputado, vale recuperá-lo do pensamento dialógico.

Segundo Voloshinov (2013, p. 138), ideologia é “o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas” (grifos da edição consultada). Assim, a despeito do que haja de natural na linguagem, dialogicamente, a língua não pode ser reduzida a um processamento imediato de relações físico-naturais. Ao conceituar o universo físico ao seu redor, o indivíduo produz sentido e instala-se na cultura, alçando-se à condição de sujeito num grupo social.

Já na Linguística Cognitiva, o conceito de ideologia não goza de *status* destacado dentre os fatores que condicionam os processos cognitivos. Pode-se apenas inferir da condição da cognição como *situada* (Croft & Cruse 2004) e como *distribuída* (Langacker 1994; Silva 2009) que os fatores social, histórico e cultural incluem o ideológico.

Especialmente no que tange ao fator social, sua influência se faz sentir desde propostas iniciais de nomear a teoria como linguística sociocognitiva até a recente “(...) institucionalização da nova área da sociolinguística cognitiva, como extensão e linha de investigação em linguística cognitiva (...)”, que inclui em seu campo a “(...) investigação sobre modelos cognitivos culturais subjacentes a atitudes linguísticas e políticas de língua e investigação

sobre ideologias sócio-políticas e socioeconômicas” (Silva 2009, p. 192). Dessa forma, uma das características definidoras do *frame* para Fillmore (1977a – *cf. infra*), a perspectiva, recebida por Langacker (1987; 1991; 1994; 2008; 2009) para formular a conceptualização como dinâmica e perspectivizada, passa a ser invocada para explicar a variação sociolinguística, considerada como:

(...) forma específica de significado, mais precisamente, diferentes tipos de significado não denotacional: significado emotivo (de termos pejorativos, por exemplo), significado social (de termos regionais e sociais), significado estilístico (de termos populares e eruditos) e significado pragmático-discursivo (único de expressões como as interjeições e os marcadores discursivos; presente em termos como senhor, você, tu e outras formas de tratamento). (Silva 2009, pp. 193–194)

Langacker (1994) recupera o caráter distribuído da cognição para estabelecer a versão de relativismo que instrui a gramática cognitiva, a de que a cognição inclui a língua e a cultura: “(...) a existência dos três termos distintos *língua*, *cognição* e *cultura* não deveria nos levar ao engano de pensar que essas são entidades separadas, não sobrepostas” (p. 26 – tradução nossa).

No presente artigo, o caso que se descreve se constrói justamente na relação língua-cultura. A atenção tanto ao caráter situado quanto ao caráter distribuído da cognição, característica da Linguística Cognitiva, associada à concepção de cognição como constituída pela língua e pela cultura, característica da Gramática Cognitiva, leva a afirmar que, ao conceituar em língua portuguesa algo próprio das relações travadas no Brasil, ainda que o valor social seja lusitano, o processamento linguístico e o produto verbal registram fragmentos da história realizada nesse espaço geopolítico e, assim, caracterizam a língua ‘(d) aqui’ por um *frame* a partir de uma perspectiva ‘de lá’. E o registro do léxico externo, desse ponto de vista teórico, figura como rastro dessa relação entre língua e sociedade porque guarda indícios da história do grupo social que o mobiliza.

Dialogicamente, o registro do léxico externo institui um *ato responsável*, socioculturalmente circunscrito (Bakhtin 2010c; Sobral 2006) no âmbito da política linguística brasileira. É responsável por, simultaneamente, responder às circunstâncias socioculturais em que tais instrumentos se circunscrevem e por implicar a responsabilidade político-linguística de tal resposta. Nesses termos, a condição de ato não mistura uso e menção, mas confere diferente estatuto a um e a outro. O uso corrente é um ato de comunicação que atende a determinado objetivo interacional. A menção constitui um ato metalinguístico que atende a determinado objetivo cultural.

A distinção tradicional entre *uso* e *menção* assume caráter metodológico na Linguística Cognitiva, sem implicar distinção quanto aos processos cognitivos que organizam ambas as formas de uso da língua, o que se permite considerar como outra compatibilidade entre os dois quadros teóricos aqui aproximados: a Análise Dialógica do Discurso e a Linguística Cognitiva.

Para tratar da questão levantada acerca de brasileirismos, aciona-se a Semântica de *Frames*. Foi assinalado que o conceito de *frame* muda na obra de Fillmore. Os fatores *orientação* e *perspectiva* são considerados por Fillmore (1977a) como definidores do *frame*. Os conceitos de *frame* e *cena* são considerados distintos por Fillmore (1977b). O conceito de *frame* passa a abarcar o de *cena* a partir de Fillmore (1982), que, ao “(...) enfatizar as continuidades, e não as descontinuidades, entre a linguagem e a experiência” (p. 111 – tradução nossa), estabelece a definição de *frame* como “(...) qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, é preciso entender toda a estrutura na qual ele se encaixa (...)” (p. 111 – tradução nossa). É essa a definição de *frame* que inaugura um projeto lexicográfico, o *FrameNet*, do qual não trataremos aqui (cf. Fillmore & Atkins 1992).

Como o próprio autor explicitaria mais tarde, a Semântica de *Frames* trata “da relação entre textos linguísticos, o contexto em que são instanciados e o processo e os produtos de sua interpretação” (Fillmore 1985, p. 222 – tradução nossa), o que o motiva a classificá-la como uma Semântica da Compreensão.

A partir daí, recupera-se Langacker (2008), que também parte do conceito de *frame* fornecido por Fillmore (1982); reconhece a influência desse conceito em outra abordagem cognitivista, caracterizada por Traugott e Trousdale (2013) como gramática das construções cognitiva, na qual o *frame* é um dos componentes de um modelo cognitivo idealizado; e conclui por empregar o conceito de domínio: “*Domínio* tem maior generalidade, uma vez que nem *frame* nem MCI se aplicam muito bem a domínios básicos (ex.: tempo ou espectro de cores). Um *frame* pode ser grosseiramente comparado a um domínio não básico” (Langacker 2008, pp. 46–47).¹

1 Texto no original: “*Domain* has the greatest generality, since neither *frame* nor ICM applies very well to basic domains (e.g. time or color space). A *frame* may be roughly comparable to a nonbasic domain.” (tradução nossa)

Incidentalmente, cabe registrar que a principal razão por que Dancygier e Sweetser (2014) preferem descrever a metaforicidade por meio de *frames*, e não de domínios, é exatamente a generalidade do conceito de domínio por entenderem que a metáfora se dá num nível mais específico de correspondência (*mapping*), o dos *frames*. Portanto, há consenso quanto ao teor de cada conceito, seja para aderir, seja para rejeitar.

Na análise pretendida neste artigo, mobilizam-se o conceito de *frame* pela especificidade que permite discernir entre o brasileiro e o lusitano sob a mesma língua, não segundo a mesma conceptualização, e a definição de construção gramatical segundo Langacker (2008; 2009):

Uma construção é definida como uma expressão (de qualquer tamanho) ou como um esquema abstraído de expressões para capturar o que lhes é comum (em qualquer nível de especificidade). As expressões e os padrões que instanciam são, portanto, iguais em sua natureza básica, a diferir apenas no grau de especificidade. Tanto expressões específicas quanto esquemas abstraídos são capazes de serem rotinizados psicologicamente e convencionalizados em uma comunidade de fala, caso no qual constituem unidades linguísticas estabelecidas. (Langacker 2009, p. 2)²

Portanto, a relação entre a gramática e o léxico corresponde à relação entre o esquema e a expressão. Assim, *bandeira* e *bandeirante* assumem o *status* de expressões (instanciações de construções) no léxico interno e o *status* de verbetes na tensão acerca do vernáculo enfocada neste artigo.

Magalhães (2015), ao discutir a formação do vocábulo *botocudo* e suas pistas vernaculares no uso e na tarefa lexicográfica, demonstra como uso e menção participam da política lusófona no Brasil. O autor demonstra que a dimensão ideológica implicada no semiótico é o que gera diferentes *memórias* (Bakhtin 2003, p. 380) da língua portuguesa no Brasil e alhures, o que distingue entre o português tomado como vernáculo brasileiro e o português de outrem. Isso significa que as formas linguísticas não guardam uma relação direta com o meio, mas guardam uma memória do que se rotiniza em atos responsáveis (Bakhtin 2010a; 2010b; Magalhães 2015) e, a partir daí, do que registrar no léxico externo.

Neste artigo, *bandeira* e *bandeirante* são tomados como unidades simbólicas com diferentes graus de analisabilidade (propriedade gradiente relativa à identificação das formas simples que participam da instanciação de uma forma mais complexa) e composicionalidade (propriedade gradiente relativa à contribuição semântica das formas simples para o significado de uma forma mais complexa, além da contribuição semântica da própria construção, do esquema), assim como verbetes cujas definições evidenciam diferentes

2 Texto no original: "A construction is defined as either an expression (of any size), or else a schema abstracted from expressions to capture their commonality (at any level of specificity). Expressions and the patterns they instantiate are thus the same in their basic nature, differing only in degree of specificity. Both specific expressions and abstracted schemas are capable of being entrenched psychologically and conventionalized in a speech community, in which case they constitute established linguistic units." (tradução nossa)

conceptualizações ao longo do tempo e o convívio com outras expressões, o que exige tratar aqui desses dois fenômenos. As conceptualizações capturadas lexicograficamente fornecem pistas sobre a mudança semântica que se pretende descrever, enquanto o convívio com outras expressões remete a outras construções gramaticais que vão configurando o léxico do português brasileiro. Portanto, são exigências diretamente relacionadas aos objetivos deste artigo.

Os fundamentos mobilizados da análise dialógica do discurso e da linguística cognitiva permitem considerar os verbetes como reflexos da política linguística brasileira, pelas acepções registradas. Não são apenas registros de usos, são sobretudo registros de processos linguísticos projetados para fins de uma política lusófona, no que constituem atos responsáveis, ou seja, atos que respondem a uma conjuntura histórico-social. Por essa razão, na tarefa lexicográfica, as anotações de regionalismos indicam valores sociais que deixam ver as fronteiras de grupos sociais, e, para a presente discussão, os brasileirismos são o foco de atenção. Essas anotações são importantes atos da política linguística que, ao ativarem determinados *frames*, fomentam determinada memória da língua.

Como defende Simmel (2006), a herança cultural é condição para que um indivíduo integre um grupo social, e a língua bem como a política linguística de uma sociedade são peças-chave nesse processo.

Mas não está em questão somente a hereditariedade em sentido puramente biológico.

Também os elementos espirituais que se objetivaram em palavras e conhecimentos, em inclinações afetivas e normas de vontade e juízo, e que penetraram o indivíduo como tradições conscientes e inconscientes, fazem isso de maneira tanto mais segura e universal quanto mais consolidada e evidente elas tenham crescido dentro do espírito de uma sociedade que se desenvolveu ao longo do tempo – isto é, quanto mais antigas forem as tradições. (Simmel 2006, p. 43 – grifos nossos)

A memória da língua portuguesa não apenas gravada, mas promovida pelos dicionários, constitui vetor desse legado, uma vez que cristaliza relações semânticas e dá a elas *status* de produto verbal estável. Mas nessa camuflagem ficam as pistas dos processos que contam em parte como se definiu a dimensão vernacular do português brasileiro.

Os dicionários consultados para a discussão deste artigo apresentam os itens lexicais semasiologicamente, em ordem alfabética. Isso impacta como cada item é apresentado, a influenciar os implícitos e subentendidos, ou, nos termos do dispositivo teórico aqui mobilizado, a saliência semântica.

De acordo com Geeraerts (2006c, p. 75), a saliência consiste da “reflexão estrutural de fenômenos pragmáticos”³, em outras palavras, “é o lugar onde estrutura e uso se encontram”.⁴ O autor refina a definição esclarecendo que essa articulação do semântico e do pragmático requer a compreensão de *estrutura linguística* não apenas como um conjunto de possibilidades, mas como um conjunto de *probabilidades*. Desse ponto de vista, a macroestrutura dos projetos lexicográficos, em sua condição de reflexos de determinada política linguística, influencia a probabilidade de uso por construir uma memória sobre determinada base conceitual. Não reflete as frequências dos usos que antecedem aos registros por embaraços da própria tarefa lexicográfica mas influi sobre usos posteriores.

Geeraerts (2006c) afirma que há quatro principais tipos de saliência semântica, dos quais interessam para esta discussão três: de perspectiva (que o autor também chama de *destaque*), semasiológica e onomasiológica.

A saliência de perspectiva diz respeito às “diferenças de destaque a diferentes partes do recorte [*chunks*] da realidade extralinguística evocada por um conceito particular” (Geeraerts 2006c, p. 90).⁵ Cognitivamente, corresponde a um elemento da mesma base conceitual subfocalizado, como o conceito de *mão* subentende o de *braço*, e destaca uma parte específica desse “recorte da realidade extralinguística”. Trata-se de uma relação de figura e fundo, relevante também na gramática cognitiva.

A saliência semasiológica diz respeito à “relação entre as várias possibilidades semânticas de um dado item lexical” (Geeraerts 2006c, p. 79)⁶ e, sempre segundo o autor, coincide com a prototipicidade, seja prototipicidade propriamente semântica, seja prototipicidade referencial. Já a saliência onomasiológica trata das várias realizações verbais de um dado conceito.

Neste artigo, compreende-se que o vernáculo é uma dimensão político-linguística e que a produção de sentido é um processo que abarca mais do que trabalho linguístico. Isto porque fazer sentido envolve as condições de sociação e de legado cultural que, no processamento cognitivo, são descritos, entre outros, pelos *frames* ativados. Estes, por sua vez, fundamentam, por exemplo, os implícitos operantes na macro e microestruturas dos projetos lexicográficos. Assim, o registro de brasileirismos configura pista do que emerge das relações próprias do Brasil. Resta ver a partir de qual base conceitual e por meio de quais processos cognitivos.

3 Texto no original: “the structural reflexion of pragmatic phenomena.” (tradução nossa)

4 Texto no original: “the place where structure and use meet.” (tradução nossa)

5 Texto no original: “The differences of perspectival attention attached to different parts of the overall chunk of extralinguistic reality evoked by a particular concept.” (tradução nossa)

6 Texto no original: “a relationship among the various semantic possibilities of a given lexical item.” (tradução nossa)

3. Quando o léxico dá bandeira

Com esta base epistêmica, abordam-se os projetos editoriais de vocabulários e dicionários como instrumentos linguísticos (Auroux 1992; Barros 2000) nos termos aqui discutidos, instrumentos da política lusófona no Brasil, por meio dos quais se guardam índices daquilo que é referendado como *do Brasil*. A tarefa lexicográfica constitui, portanto, um ato responsável que se define por um conjunto de atividades, das quais se destacam: (a) seleção do que constar no dicionário, (b) decisão de como apresentar o repertório selecionado, (c) seleção do que apresentar de cada item do repertório e (d) decisão sobre como apresentar as acepções em cada item. De acordo com Geeraerts (2006a), o propósito pragmático impacta diretamente sobre tais atividades. Em termos dialógicos, o propósito pragmático cumpre discursivamente uma função na política linguística.

Essas atividades mobilizam categorias pragmático-discursivas que elucidam a quem se destinam tais obras, qual o referencial conceitual em cada uma delas e que sentidos fazem os implícitos nos atos discursivos.

Para proceder a esta discussão, destacam-se duas unidades simbólicas cuja trajetória semântica indicia sentidos limítrofes entre a dimensão ádvena e vernácula: *bandeira* e *bandeirante*. A observação dos primeiros registros luso-brasileiros e de outros bem recentes permite o cotejo de como se deu o processo de vernacularização dos verbetes selecionados.

Macroestruturalmente, a unidade simbólica mais simples (*bandeira*) consta em todos os projetos lexicográficos consultados; a unidade simbólica mais complexa (*bandeirante*) passa a constar a partir da segunda metade do século XIX. A princípio, aí está uma indicação de estabilidade semasiológica. Microestruturalmente, as acepções indicam minúcias do jogo semasiológico. O cotejo do que se apresenta em cada projeto lexicográfico deslinda os *frames* acionados para documentar as condições de produção de sentido nesses séculos. Isso dá pistas acerca do lugar social a partir do qual se conceituavam as relações culturais.

No século XVIII, período colonial, no primeiro registro lexicográfico luso-brasileiro de *bandeira*, há seis acepções além de dois registros idiomáticos (Quadro 1). Destas acepções, sob o *frame* militar, a conceptualização evolui do mais experiencial (*insígnia*) ao mais metonímico (*companhia*), o que Langacker (2009) considera como deslocamento da zona de ativação. A maneira de apresentar tais acepções não dá muitas dicas acerca de possíveis relações cognitivas internas ao *frame*. Já o *frame* agricultura é introduzido pelo sintagma posicional “do milho”. Desconsiderando a metáfora,

é possível afirmar que o *frame* militar organiza o universo lusitano como referencial de significação. O ponto de vista para conceituar é europeu.

Quadro 1. Bandeira: Lexicografia luso-brasileira do séc. XVIII

Elementos macroestruturais	Elementos microestruturais	
Obra	Verbetes	Acepções
<i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i> (1789)	Bandeira, s. f.	insignia militar, he huma peça de lenço, ou seda, com pinturas, armas, talvez quarreada de varias cores, para se conhecerem, e ajuntarem a ella os soldados, que vão debaixo dessa bandeira, ou pertencem á companhia do Chéfe, cuja he a bandeira; nos navios tambem ha bandeira com as armas nacionaes. § <i>As bandeiras despregadas, fr. fig.</i> ; aberta, descobertamente, como quem lahe de praça rendida, e se lhe concede levar a bandeira tendida, ou desferida, despregada. § <i>Bandeira da janella</i> , a parte superior, que de ordinario se não abre. § Peça do candieiro voluvel, para.cobrir a maior força da luz, que não dê nos olhos. § <i>Bandeira do milho</i> , he como huma espiga de trigo, que lhe sahe do mais alto do pé. § f. „a bandeira, por companhia, de algum official, que a tem. § f. „ a bandeira da Cruz„ <i>Arraes</i> 3,. 23. <i>Ao monte Olivete donde resplandece a bandeira da Cruz.</i> § „ <i>levantar bandeira no muro fig.</i> vencer, conseguir seu intento, como quem vai escalar praça murada. <i>Eufr.</i> 3. 2. <i>Salvo quando lhe levantardes a bandeira no muro.</i>

Pela ordem de apresentação e pela percentagem de acepções a ele dedicado, deduz-se que o militar seja o de maior saliência semasiológica nesse projeto lexicográfico, ou seja, os sentidos mais prototípicos atrelados ao verbo estariam inscritos nesse *frame*. É com esse *frame* que *bandeira* instancia a construção [X + nte], formando *bandeirante*, unidade simbólica em que a saliência se desloca metonimicamente mais uma vez, agora da companhia (significado já metonímico de *bandeira*) para a pessoa (o indivíduo vinculado à companhia).

A ideia de insignia, soldados e companhia funciona semioticamente se compartilhados certos valores europeus, como organização política e bélica. A reboque vêm as ideias de nação, símbolo nacional, entre outros, que também são devedoras de valores europeus. É possível identificar nesse caso uma

transposição linguística, isto é, as acepções que circulam em Portugal são associados ao verbete, sem aparente influência do que se fez ou fazia linguisticamente no Brasil. Nesse dicionário, não consta o verbete *bandeirante*.

No *Dicionário da Língua Brasileira*, em cujo prólogo há um destaque para “a raridade do Dicionário em *nosso Idioma*” (Pinto 1832 – grifos nossos), as duas acepções de *bandeira* registradas não fogem à transposição (Quadro 2). Também ali não consta o verbete *bandeirante*. Isso sugere que a brasilidade pretendida no título e no prólogo parece não configurar o referencial conceitual do dicionário. A significação do verbete se apoia em *frames* preponderantemente lusitanos. Até aqui não se recupera na palavra outra memória se não aquela construída alhures pelo não brasileiro. O legado cultural nela semiotizado não sinaliza nenhum aspecto do que se historicizava no Brasil.

Quadro 2. Bandeira/Bandeirante: Lexicografia luso-brasileira séc. XIX

Elementos macroestruturais	Elementos microestruturais	
Obra	Verbetes	Acepções
<i>Dicionário da Língua Brasileira</i> (1832)	Bandeira, s. f.	Insígnia militar. Insígnia de navio.
<i>Vocabulário Brasileiro</i> (1853)	Bandeira	um indeterminado numero de homens, que providos de armas, munições, e mantimentos necessários para sua subsistência e defeza, entram nas matas virgens com o intuito de descobrir minas, reconhecer o paiz, ou castigar os selvagens, que assaltam as propriedades rurais e os viajantes, ou ainda para os civilisar.
	Bandeirante ou bandeirista	indivíduo que pertence à bandeira.

Já no *Vocabulário Brasileiro*, que, como o próprio subtítulo aponta, serve de complemento aos dicionários da língua portuguesa, destacam-se acepções que revelam aspectos de relações que contam um trecho da história do Brasil (Quadro 2). O *frame* militar bem como os valores lusitanos não são deixados de lado, embora sejam ajustados quanto à saliência. A ideia de grupo de homens armados reforça que o referencial bélico não mudou. Não há invocação da instituição militar propriamente dita, ainda que também não haja indicação de que se trata de ajuntamento armado de homens de natureza

particular, privada. Entretanto, suas atividades e a referência espacial indicam certa acomodação conceitual, especialmente no que tange à extensão.

As “matas virgens” identificam as terras brasileiras como local onde “homens providos de armas e munições” desempenham suas atividades, cujos implícitos confirmam a manutenção da perspectiva lusitana: “descobrir minas, reconhecer o paiz, ou castigar os selvagens, que assaltam as propriedades rurais e os viajantes, ou ainda para os civilizar” (Quadro 2). O conceito de “país” alinha o ato responsável do verbete a um universo cultural europeu, dado que o autóctone tinha outros modelos de socialização. Do mesmo modo, é da Europa que vem a distinção conceitual de “selvagem” e “civilizado” e, portanto, somente nesse universo simbólico faz sentido “castigar selvagens” e/ou “civilizá-los”.

Se o referencial conceitual se mantém marcadamente lusitano, as relações deflagradas aqui constroem tal registro lexicográfico, sob pena de se perder da memória da língua algo que fugia ao repertório propriamente lusitano. Mantém-se o referencial conceitual, mas altera-se ideologicamente o *frame*, com a inclusão na acepção de referentes específicos das relações entretecidas na colônia. O militar propriamente dito não constitui mais o destaque, e sim organização de homens armados e com munição; o *tópos* até então não mencionado passa a integrar explicitamente o fundo. Não se trata mais do pertencimento a uma companhia simbolizada por uma insígnia militar, e sim do papel ativo em outras terras (Quadro 3). Referenciais lusitanos transformados e não meramente transpostos fundamentam a produção do verbete e corroboram um legado cultural diferente daquele propriamente lusitano.

Saltando desses primeiros para registros mais recentes, no século XXI, evidencia-se o rumo dessa trajetória léxico-semântica cujas pistas foram deixadas nos séculos XVIII e XIX. No *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, as acepções que retomam os referenciais cotejados registram: “história militar/Portugal”, datado de 1526 e 1626, e “por extensão, história/Brasil”, datado de 1698 (Quadro 3). A distinção de lugar é essencial para interpretar o que se consolida na memória da língua documentada lexicograficamente e, assim, se estabelece como legado cultural partícipe das socializações que constroem a brasilidade. A menção a Portugal resgata a gênese conceitual e opera como referência para a acepção que se constrói ‘por extensão’ e que é registrada pouco tempo depois, no mesmo século. A datação dessas acepções marca a cronologia de diferentes repertórios a partir dos quais é possível fazer sentido de tais verbetes. A memória da língua se constrói então pela distinção de *topoi* que produzem diferentes legados ativados por *frames* já marcadamente distintos. Assim, mesmo guardando um referencial conceitual lusitano, o impacto das relações socioculturais e, portanto, da

ideologia tal como compreendida por Voloshinov (2013), se não promove, certamente corrobora diferentes memórias: uma lusitana propriamente dita, ádvena, e uma brasileira, vernácula.

Quadro 3. Bandeira/Bandeirante: Lexicografia brasileira séc. XXI

Elementos macroestruturais	Elementos microestruturais	
Obra	Verbetes	Acepções
<i>Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i> (2012)	Bandeira	4 (1526) hist.mil; <i>P</i> pequeno grupo armado, de militares 4.1 (1626) hist.mil; <i>P</i> na legislação militar portuguesa consolidada por D. Sebastião (1554-1578), unidade militar sob o comando de um capitão e correspondente à companhia 5 (c1698) <i>p.ext.</i> ; hist; <i>B</i> cada uma de uma série de expedições, particulares ou oficiais, de penetração do território brasileiro na época colonial (sXVI a XVIII), que ger. partia da capitania de São Vicente (atual São Paulo SP) e tinha como objetivos fundamentais a captura de indígena e a detecção de jazidas de pedras e metais preciosos [As bandeiras foram responsáveis pelo alargamento do território brasileiro, pois ger. não respeitavam os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.] 6 (c1698) hist, rel; <i>B</i> associação de escravos e ex-escravos em grupos, de acordo com seus ofícios, tendo um santo católico como padroeiro 7 rel; <i>B</i> cortejo em homenagem a santos, em cuja frente se carrega uma bandeira ou estandarte com a imagem do santo, realizado ger. em zonas rurais e em cidades pequenas ao som de instrumentos e cantos
	Bandeirante	<i>hist</i> indivíduo que no Brasil colonial tomou parte em <i>bandeira</i> ('expedição'); bandeirista, bandeireiro
	<i>Substantivo masculino</i> (1817) B	
	<i>Substantivo feminino</i>	menina ou mulher que pertence à Federação de Bandeirantes do Brasil, ou que se dedica ao bandeirantismo
	<i>adjetivo e substantivo de dois gêneros</i>	1 <i>p.ext.</i> m.q. paulista ('natural ou habitante') 2 <i>p.metf.</i> que ou o que abre caminho; desbravador, precursor, pioneiro
<i>Adjetivo de dois gêneros</i> (1871)	3 próprio de bandeirante (em todas as acp.) 4 relativo ao bandeirantismo	

Atentando para a acepção 6 no *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Quadro 3), é possível notar que, além da distinção de *topoi*, houve abertura de novo *frame*, o religioso, também anotado como brasileiro. Essa abertura é promovida por outra incidência da metonímia do mesmo tipo: antes, o grupo de europeus pertencentes à companhia em Portugal; agora, o grupo de escravos associados ao mesmo ofício ou crença. O destaque aí fica por conta do ajuntamento de pessoas em torno de uma bandeira, saindo o aspecto militar bélico. Curiosamente, refere-se ao ajuntamento de escravo e ex-escravos em torno de um santo católico. Pela datação (1698), como não há menção a nenhuma etnia, supõe-se que sejam indígenas não mais escravizados, uma vez que a escravidão de africanos se manteria até final do século XIX. Independentemente disso, se é estranha a associação em torno de santos católicos, *frame* absolutamente lusitano e adventício para autóctones e africanos mas já em mescla com o *frame* religioso africano por analogia (cf. Fauconnier & Turner 1998; 2002), não é estranha a incidência do mesmo processo cognitivo (metonímia).

A despeito desse estranhamento histórico, ressalta-se a mudança semântica registrada como ‘brasileirismo’: o destaque deixa de ser *ajuntamento de homens armados sob o comando de um comandante e identificados pela insígnia/bandeira* para *ajuntamento de pessoas em torno de determinada bandeira*, agora símbolo religioso. Essa perspectiva é própria das relações estabelecidas na colônia. Pela anotação, deduz-se que, em Portugal, a unidade simbólica *bandeira* não ativa o *frame* religioso, sendo esta uma ativação local, embora ainda com base em referenciais de lá.

A acepção 7, cuja datação não é indicada (Quadro 3), é ainda mais abrangente ao retirar de destaque a condição de [ex-]escravos para a de integrantes do ajuntamento religioso em torno de uma bandeira. Se comparada com a noção de “procissão”, esta claramente lusitana, a acepção 7 de *bandeira* pode uma evidência de um tipo de saliência onomasiológica, qual seja, a *prevalência sociolinguística* (Geeraerts 2006c, p. 90), isto é, uma forma linguística que, em comparação com outras, identifica preferência em dada variedade específica da língua – no caso, português brasileiro – ou em dado contexto pragmático – no caso, *tópos* brasileiro.

O registro hodierno dos verbetes pelo instrumento produzido pela Porto Editora parece guardar apenas parte do que se refrata no Brasil (Quadro 4). No *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*, também há a anotação “história”, mas conta-se apenas parte do que diz respeito ao *tópos* brasileiro, sem revelar a gênese que está na organização militar lusitana, nem indicar que o que ali se apresenta configurou,

ao menos em algum momento, uma “extensão de sentido”. No entanto, o registro do *frame* militar, o original, impede o apagamento da trajetória histórico-semântica da unidade simbólica.

Quadro 4. Bandeira/Bandeirante: Lexicografia lusitana séc. XXI

Elementos macroestruturais	Elementos microestruturais	
Obra	Verbetes	Acepções
<i>Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico (2003-2017)</i>	Bandeira	HISTÓRIA expedição armada que antigamente ia explorar os sertões do Brasil
	Bandeirante adjetivo de 2 géneros, nome de 2 géneros	HISTÓRIA diz-se de ou indivíduo pertencente a uma bandeira (expedição armada) que ia explorar o sertão brasileiro

Essa distinção de memórias produzidas pelos repertórios construídos no Brasil e em Portugal impacta ideologicamente o *frame* militar acionado pelos projetos lexicográficos. Isso materializa uma divergência semântica entre o português brasileiro e o europeu e indicia parte da matriz vernácula brasileira, que guarda a perspectiva de outrem para conceituar relações próprias da(s) sociedade(s) que se estabelecia(m) na América. No caso de *bandeira*, aquilo que se registra como “brasileirismo” constitui uma conceituação lusitana para relações sociais travadas na colônia, que, por distar das experiências culturais portuguesas na Europa, reorganiza as conceptualizações a ponto de, por um lado, haver formação de nova palavra para conceituar determinado modo de participar na história colonial brasileira (ver discussão na sequência) e, por outro, diluir, em importante projeto lexicográfico português, a gênese ideológica dos vocábulos.

Diferente de *bandeira*, *bandeirante* é registrado como *brasileirismo* desde a gênese, ainda que tal anotação só apareça posteriormente na lexicografia. É *brasileirismo* não por capturar um modo propriamente brasileiro de ver as relações sociais implicadas no conceito que indicia, mas pela função comunicativa de designar acontecimentos próprios da história do Brasil. Que pistas linguístico-cognitivas são aí encontradas?

Uma possível pista é morfológica, que leva à segunda exigência reconhecida acima, a de tratar das construções gramaticais envolvidas. Nos termos da Gramática Cognitiva, o quadro 2, ao informar sobre a criação da palavra *bandeirante*, informa sobre a existência da construção [X + nte], já mencionada. O uso criativo de uma construção lhe confere o *status* de molde

(Kewitz, Almeida & Souza 2018), o que, por sua vez, depende de que a construção tenha sido apreendida de palavras anteriores (cf. Basilio 2010).

O mesmo Quadro 2 também apresenta o convívio entre os sufixos *-nte* e *-ista*, que, para Basilio (1995; 2008), estão a serviço da formação de agentivos no português brasileiro. Sem reproduzir aqui a alentada descrição formulada pela autora, em síntese, pode-se dizer que *-nte* forma substantivos que exprimem profissões (*despachante, gerente, servente*) e adjetivos passíveis de substantivação plena (*solvente, refrigerante, detergente*), enquanto *-ista* forma substantivos que exprimem atuação (*surfista, pianista, linguista*) ou adesão (*petista, malufista, budista*). Portanto, ser exatamente o *Vocabulário Brasileiro* (1853) o que registra *bandeirante* e *bandeirista* pode ser considerado uma evidência lexicográfica da distribuição semântica entre predicação e designação, funções semânticas que causam a distinção categorial entre adjetivo e substantivo.

O Quadro 3 acrescenta *bandeireiro* à rede de construções. Para Basilio (1995), a distinção entre atuação e adesão quanto ao sufixo *-ista* tem como uma das consequências descritivas identificar que somente ao indicar adesão *-ista* se relaciona com *-ismo* (*petista/petismo, malufista/malufismo, budista/budismo*) e que somente ao indicar atuação *-ista* se relaciona com *-eiro*, caso em que a expressão por *-ista* indica mais prestígio social (*jornalista, pianista*) e a expressão por *-eiro* indica menos prestígio social (*jornaleiro, planeiro*), mesmo quando as formações não se dão a partir da mesma base (*motociclista/motoqueiro*). A pejoração seria expressa por *-eiro* – diacronicamente, a evolução de *-arium* > *-ario* > *-airo* > *-eiro* (razão pela qual convivem formações herdadas por evolução natural (*primeiro*) e formações herdadas por evolução erudita (*primário*) – pejoração que pode ser o fator de distinção de *bandeireiro* em relação a *bandeirante* e *bandeirista* e motivação da própria designação *brasileiro* (único gentílico em *-eiro* em português).

A complexidade introduzida pelo quadro 3 corrobora a necessidade de contemplar tanto o caráter distribuído da cognição, de modo a descrever e explicar conceptualizações lectais, como pretende a Sociolinguística Cognitiva, quanto o caráter situado da cognição, de modo a identificar “(...) uma perspectiva baseada em nosso conhecimento, crença e atitudes tanto quanto em nossa posição espaço-temporal” (Croft & Cruse 2004, p. 58 – tradução nossa), como pretende a Linguística Cognitiva, entendendo-se cognição como constituída por língua e cultura, como defende a Gramática Cognitiva.

Preservadas as funções semânticas identificadas por Basilio (1995) de um ponto de vista gerativo com forte pendor ao fator semântico, abandonada a abordagem por regras (onde cabem as noções de base e derivação) e adotada a abordagem construcional segundo a Gramática Cognitiva, as funções semânticas assumem o *status* de motivação para a distribuição entre as formas, e três construções podem ser identificadas: [X + *nte*], [X + *ista*] e [X + *eiro*], das quais se toma a primeira como molde para a formação de *bandeirante*.

A instancição desse molde por um substantivo, por sua vez, remete à formação de nomes de agente denominais (cf. Basilio 2004), como *cadeirante* e *calmante*, diferentemente da formação de nomes de agente deverbais, como os mencionados acima. Não somente existe o padrão de formação de nomes de agente denominais na língua, a exemplo de *lixeiro* e *jornaleiro*, como não há plausibilidade em aventar um verbo *cadeirar* ou *calmar*, embora seja fato que o verbo *acalmar* apresente a variante *calmar*. Se *cadeirante* é quem se move por meio de cadeira de rodas e *calmante* é a substância que produz calma (subst. masc.), não a que calma (3ª p. sing. de *calmar*), consideram-se *bandeirante*, *calmante* e *cadeirante* como instâncias da construção [X + *nte*], especificada como [S + *nte*], distinta de [V + *nte*].

Convém observar que o *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* da Porto Editora registra *cadeirante* também como brasileirismo e que o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* descreve *cadeirante* como *cadeirar* + *nte*. A classificação como brasileirismo remete ao primeiro objetivo deste artigo, relativo às condições cognitivo-discursivas que orientam os registros lexicográficos do português brasileiro.

A abordagem construcional aqui assumida permite reconhecer que (i) –nte atua na formação de agentivos denominais (*bandeirante*, *cadeirante*), assim como –eiro (*sapateiro*, *livreiro*); (ii) –nte atua na formação de agentivos deverbais (*despachante*, *gerente*), assim como –ista (*linguista*, *projetista*); e que construções podem ser instanciadas não somente por palavras, exatamente porque o requisito é ser uma unidade simbólica, não determinada configuração estrutural. Isso sugere, novamente, uma caracterização do brasileirismo pela perspectiva estrangeira. Nesse caso, o português europeu apresenta apenas a construção [V + *nte*]. Como o português brasileiro apresenta, além da construção [V + *nte*], formações que permitem aventar a construção [S + *nte*], as formações são descritas, outra vez mais, a partir da perspectiva estrangeira. Constituem brasileirismos, mas fazendo caber na construção compartilhada com o português europeu.

4. Conclusão

Neste trabalho, verifica-se o que registros lexicográficos, na condição de atos responsáveis, contam do processo de historicização que se dá como legado cultural pela memória da língua portuguesa no Brasil. Para isso, foram traçados dois objetivos específicos: 1) identificar condições cognitivo-discursivas próprias do português brasileiro que impactam seu estatuto vernáculo e 2) descrever um caso de mudança semântica que ilustra novas conceptualizações no léxico interno e registros do léxico externo a serviço de um projeto lexicográfico caracterizado como ato responsável.

Quanto ao primeiro, *bandeira* e *bandeirante* foram tomados como verbetes. Desde o século XVIII, verificou-se que não há substituição de um referencial conceitual lusitano por um referencial conceitual brasileiro. Entretanto, a inserção de *frames* acompanhando novas conceptualizações associadas aos itens lexicais analisados produz uma memória distinta da língua em Portugal. Essa distinção de memórias de que se vale a política lusófona do Brasil caracteriza o fenômeno como *do* Brasil, ainda que por meio de uma cicatriz simbólica marcada pela perspectiva que parece se manter lusitana. Cicatriz simbólica porque o olhar de outrem constitui o lugar de onde se conceitua, embora, na atualidade, esse outrem não necessariamente reconheça esse olhar como seu. Trata-se de um lugar de alteridade aparentemente nunca reivindicado como de identidade. E é justamente aí que parece se desenhar cognitivo-discursivamente o vernáculo brasileiro.

Quanto ao segundo objetivo específico, *bandeira* e *bandeirantes* foram considerados como unidades simbólicas, instanciações de construções gramaticais. Para este objetivo, as pistas fornecidas pelos dicionários permitem acompanhar a mudança semântica e o convívio com outras unidades simbólicas; mudança e convívio constitutivos da formação do português brasileiro.

Por fim, teórico-metodologicamente, este trabalho contribui com uma proposta de integração de teorias que partem de bases epistemológicas compatíveis. Por um lado, princípios da Análise Dialógica do Discurso permitem trazer o ideológico, tão caro para a discussão em torno de manifestações de brasilidade, para o tratamento das relações léxico-semânticas destacadas. Por outro, fundamentos da Linguística Cognitiva, em geral, e da Gramática Cognitiva, em particular, permitem descrever a formação de palavras como um fenômeno semanticamente motivado.

Referências

- Auroux, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.
- Bakhtin, M. M. (2003). Apontamentos 1970–1971. *Estética da criação verbal* (pp. 367–392). Trad. de Paulo Bezerra (4ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. M. (2010a). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. de Paulo Bezerra (5ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bakhtin, M. M. (2010b). Formas de Tempo e de Cronotopo no Romance. Ensaios de poética histórica. In A. F. Bernardini et al. (Trans.), *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance* (pp. 211–362). (6ª ed.) São Paulo: Hucitec Editora.
- Bakhtin, M. M. (2010c). *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Barros, D. L. P. (2000). O discurso do dicionário. *Alfa*, 1(44), 75–96.
- Basilio, M. (1995). O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In J. Heye (Ed.), *Flores verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Basilio, M. (2004). *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Basilio, M. (2008). Substantivação plena e substantivação precária. In C. A. Gonçalves; M. L. L. de Almeida (Eds.), *Diadorim*, 4(1), 11–24. Rio de Janeiro: UFRJ
- Basilio, M. (2010). Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística*, 6(2), 1–14.
- Bluteau, D. R. (1789). *Dicionario da Lingua Portuguesa*. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo I A-K. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Biderman, M. T. C. (2003). Dicionários do português: Da tradição à contemporaneidade. *Alfa*, 47(1), 53–69.
- Brait, B. & Magalhães, A. S. (Orgs.) (2014). *Dialogismo: Teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota Editora.
- Croft, W. & Cruse, A. (2004). *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dancygier, B. & Sweetser, E. (2014). *Figurative language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dias, L. F. (1996). *Os sentidos do idioma nacional: As bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas: Editora Pontes.
- Fauconnier, G. & Turner, M. (1998) Conceptual integration networks. *Cognitive Science*, 22(2), 133–187.
- Fauconnier, G. & Turner, M. (2002). *The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. Nova York: Basic Books.
- Fillmore, C. J. (1977a). The case for case reopened. In P. Cole & J. Sadock (Ed.), *Syntax and semantics 8: Grammatical relations*. Nova York: Academic Press.

- Fillmore, C. J. (1977b). Scenes-and-frames semantics. In A. Zampolli (Ed.), *Linguistic structures processing*. Amsterdão & Nova York: North-Holland Publishing Company.
- Fillmore, C. J. (1982). Frame semantics. In The Linguistic Society of Korea (Ed.), *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin.
- Fillmore, C. J. (1985). Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, 6(2), 222–254.
- Fillmore, C. J. & Atkins, B. (1992). Toward a frame-based lexicon: The semantics of RISK and its neighbors. In A. Lehrer & E. F. Kittay (Eds.), *Frames, Fields and Contrasts: New Essays in Semantic and Lexical Organization* (pp. 75–102) Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fiorin, J. L. (2009). A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, 1(1), 115–126.
- Geeraerts, D. (2006a). The lexicographical treatment of prototypical polysemy. In *id.*, *Words and other wonders: papers on lexical and semantic topics. Cognitive Linguistics Research*, vol. 33 (pp. 327–344), Mouton de Gruyter.
- Geeraerts, D. (2006b). The definitional practice of dictionaries and the cognitive semantic conception of polysemy. In *id.*, *Words and other wonders: papers on lexical and semantic topics. Cognitive Linguistics Research*, vol. 33 (pp. 345–366), Mouton de Gruyter.
- Geeraerts, D. (2006c). Salience phenomena in the lexicon. A typology. In *id.*, *Words and other wonders: papers on lexical and semantic topics. Cognitive Linguistics Research*, vol. 33 (pp. 74–98), Mouton de Gruyter.
- Kewitz, V., Almeida, M. L. L. de & Souza, J. L. L. de. (2018). Preposições complexas: modos e moldes. In A. Tenuta & S. Coelho (Eds.), *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- Langacker, R. (1987). *Foundations of cognitive grammar*. Volume I: *Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Langacker, R. (1991). *Foundations of cognitive grammar*. Volume II: *Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press.
- Langacker, R. (1994). Culture, cognition, and grammar. In M. Pütz (Ed.), *Language contact and language conflict*. Amsterdam: John Benjamins.
- Langacker, R. (2008). *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Langacker, R. (2009). *Investigations in cognitive grammar. Cognitive Linguistics Research*, vol. 42. Berlin: Walter de Gruyter.
- Magalhães, A. S. (2012). Políticas linguísticas e historicização do Brasil: A escrita na construção vernacular. *Gragoatá*, 17(32), 99–116.
- Magalhães, A. S. (2013). Escritas da brasilidade: Subjetivação e política lusófona na documentação vernacular. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 29(1), 1–27.

- Magalhães, A. S. (2015). A palavra, os discursos e a dinâmica das memórias. *Gragoatá*, 20(32), 7–28.
- Peter, M. (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- Petri, V. & Medeiros, V. (2013). Da língua partida: Nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Letras*, 23(46), 43–66.
- Pinto, L. M. da S. (1832). Prólogo. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva.
- Schneiders, C. (2017). A língua no/do Brasil: Efeitos da memória e da história. *Gragoatá*, 22(42), 329–344.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: Individuo e sociedade*. Trad. de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Silva, A. S. (2009). A sociolinguística cognitiva: Razões e escopo de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos*, 13(1), 191–212.
- Traugott, E. & Trousdale, G. (2013). *Construationalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.
- Voloshinov, V. V. (2013). Que é linguagem? In *id.*, *A construção da enunciação e outros ensaios* (pp. 157–188). Trad. de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro e João Editores.

[recebido em 1 de maio de 2018 e aceite para publicação em 15 de fevereiro de 2019]